

ÁREA TEMÁTICA: ESTUDOS TEÓRICOS EM ECONOMIA REGIONAL

Desigualdades Regionais no Rio Grande do Sul: uma análise das Metades Sul e Norte

Alex Leonardi¹
Daniel Arruda Coronel²
Fabiano Dutra Alves³
Régis Rathmann⁴

Resumo: O objetivo deste artigo é tecer algumas considerações sobre as desigualdades entre as Regiões Metade Sul e Norte do Rio Grande do Sul (RS). Para tanto, analisam-se a integração do RS ao processo colonial, as assimetrias entre os modelos de desenvolvimento das Metade Sul e Norte e que fatores propiciaram o aprofundamento dessas desigualdades. Observa-se que, na Metade Sul, há um processo de degeneração econômica paralelamente com um processo contínuo de desenvolvimento econômico na Metade Norte.

Palavras-Chave: Desigualdades Regionais; Desenvolvimento Regional; Metades Sul e Norte

Introdução

Este artigo examina as desigualdades entre as regiões Metade Sul e Metade Norte do Estado do Rio Grande do Sul (RS), no que concerne à colonização e ao modelo de desenvolvimento econômico que cada região adotou, onde observam-se várias assimetrias.

Primeiramente, é feita uma análise da tardia integração do Estado do Rio Grande do Sul ao processo colonial, visto que este estado não dispunha de produtos que interessassem ao colonizador. O RS integra-se ao processo colonizador com o advento do ciclo da mineração e, posteriormente, passa por profundas mudanças oriundas do processo imigratório.

* Artigo elaborado a partir de pesquisa financiada pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS), sob o título “Processo de Desigualdades Regionais no Rio Grande do Sul e as Perspectivas de Reconversão para a Metade Sul”, tendo apoio científico do Núcleo de Estudos Multidisciplinar do Mestrado em Integração Latino-Americana (MILA).

¹ Economista formado pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Mestre em Integração Latino-Americana (MILA/UFSM) e Professor da Universidade de Passo Fundo (UPF). alleo123@hotmail.com. Humberto de Campos, 245, CEP: 99010-400. Passo Fundo, RS, Brasil.

² Economista (UFSM), Licenciado em Filosofia Licenciatura-Plena (UFSM), Mestrando em Agronegócios pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Bolsista de Pós-Graduação. daniel.coronel@ufrgs.br. Avenida João Pessoa, 1203, Ap.608, Bairro Centro, CEP: 90040-001. Porto Alegre, RS, Brasil.

³ Economista (UFSM), Mestre em Integração Latino-Americana (MILA/UFSM), Professor Titular e Coordenador do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS) e Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). fabianofda@uems.br. Marechal Floriano, 313 Apt. 202, Bairro Centro, CEP 79900-000. Ponta Porá, MS, Brasil.

⁴ Economista (UFRGS), Mestrando em Agronegócios pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), rathmann@ea.ufrgs.br. Rua Riachuelo, 745/301, Bairro Centro, CEP 90010-270. Porto Alegre, RS, Brasil.

Posteriormente, faz-se uma síntese dos processos de colonização e de desenvolvimento das Metade Sul e Norte do Rio Grande do Sul, onde observa-se, na Metade Sul, ênfase à pecuária e ao latifúndio. Já na Metade Norte, observa-se o predomínio das pequenas e médias propriedades e, posteriormente, ênfase no setor industrial.

Em seguida, analisam-se os fatores que acentuaram as desigualdades entre as Metades Sul e Norte do Rio Grande do Sul, com ênfase na pecuária e na indústria. Por fim, elencam-se os principais resultados desta pesquisa.

2 A Tardia Integração do Rio Grande do Sul ao Processo Colonial

O território que hoje constitui o Estado do Rio Grande do Sul (RS), antes da colonização, era habitado quase que exclusivamente por três grupos indígenas, a saber, Guaranis, Jês e Pampeanos. Tais grupos produziam basicamente para a subsistência. A maioria dos indígenas foi praticamente dizimada pelo colonizador português⁵.

O Rio Grande do Sul integrou-se tardiamente ao processo colonial, visto que não dispunha de produtos de alto valor agregado. Os produtos que poderiam ser produzidos em solo rio-grandense não interessavam ao colonizador português, haja vista que podiam ser produzidos em Portugal. Em vista disso, não se fazia necessária, num primeiro momento, a integração do Rio Grande do Sul ao sistema colonial.

O Rio Grande do Sul integrou-se tardiamente ao restante do Brasil colonial. Foi descoberto no início do séc. XVI, a partir de expedições litorâneas de exploração e comércio de pau-brasil, típicas da fase pré-colonizadora, que chegaram até o litoral do extremo sul do Brasil. Destas viagens, resultaram registros e descrições da costa gaúcha, assim como a generalização do nome “Rio Grande de São Pedro” para toda a área. Entretanto, a região permaneceu inexplorada por mais de um século, enquanto que no restante da América portuguesa se desenvolviam os engenhos de açúcar. Desvinculado da agricultura colonial de exportação diretamente integrada ao mercado internacional, o Rio Grande do Sul carecia de sentido no contexto do processo de acumulação primitiva de capitais que se verificava nos quadros do Antigo Sistema Colonial. (PESAVENTO, 1985, p.7).

O RS integrou-se aos moldes do antigo sistema colonial a partir do ciclo da mineração, através da pecuária. Posteriormente, a mola propulsora da economia gaúcha foi à produção de charque.

Para Marion Filho (1998, p.30), “a economia gaúcha surgiu como fornecedora de alimentos e meios de transporte para a região de mineração de Minas Gerais, principalmente

no período tido como ciclo do ouro, e, posteriormente, como vendedora de alimentos para escravos na região dos cafezais”.

A economia rio-grandense, a partir de 1872, passou por profundas mudanças oriundas do processo imigratório. A imigração mostrou-se benéfica para o desenvolvimento socioeconômico do estado, porque, através dela, foi povoada parte do território do RS bem como diversificou-se a produção.

No entendimento de Marion Filho (1998, p.35), “a imigração européia além de povoar a parte do Estado mais despovoada, a serra e o litoral, conduziu o Rio Grande do Sul para o primeiro lugar na taxa de alfabetização.”

A partir da imigração, o Rio Grande do Sul teve dois modelos antagônicos de desenvolvimento e várias peculiaridades entre as principais regiões do estado.

3 Assimetrias entre os processos de colonização e de desenvolvimento do Rio Grande do Sul

As disparidades socioeconômicas entre a Metade Sul e a Metade Norte do Rio Grande do Sul (RS) são oriundas do processo de colonização e de desenvolvimento que cada uma delas adotou. A Metade Sul balizou-se no setor agropecuário, com ênfase à grande propriedade, e a Metade Norte, com predominância do setor industrial e da pequena propriedade.

As origens para a pobreza econômica, cultural e política da Metade Sul do Rio Grande do Sul, em contraponto com o Norte industrializado e formada pela pequena e média propriedade, devem ser buscadas na forma de ocupação da terra adotado pelo Império Português. Mediante a concessão de grandes extensões de terra (as sesmarias) a alguns poucos proprietários, criou-se nessa região um tipo peculiar de propriedade, a estância, cujo proprietário, o estancieiro, encarnava figura muito próxima daquela de um senhor feudal da Idade Média.(MAYER, 2003, p.12).

O Estado do RS, devido a sua forma geográfica, pode ser dividido em três regiões, a saber, Sul, Nordeste e Norte. Convencionou-se chamar a região Sul de Metade Sul e as regiões Norte e Nordeste, que apresentam modelos de colonização semelhantes, de Metade Norte.

⁵ Um dos raros momentos em que o indígena reagiu ao domínio português foi através da guerra guaranítica. Para maiores detalhes sobre essa guerra, ver Quevedo dos Santos (1996).

A colonização da Metade Sul foi alicerçada em grandes propriedades, com a doação de sesmarias e com a predominância do latifúndio⁶. As sesmarias eram excludentes, visto que só eram destinadas a pessoas que fossem brancas de sangue e católicas. As sesmarias tinham, apesar de tudo, um aspecto positivo, pois as terras que não fossem usadas de maneira eficiente voltavam à coroa portuguesa.

No regime de sesmarias, o agricultor tinha apenas a posse, mas não a propriedade, já que esta era do estado, ou seja, o fazendeiro não era proprietário, mas tão somente recebia uma concessão territorial. As terras que não fossem utilizadas de forma produtiva num prazo bem curto, de dois anos, na maioria das vezes, voltavam ao controle do rei, e poderiam ser concedidas à outra pessoa. (SEHN, 1999, p.7).

A Metade Sul caracterizou-se por ter centros urbanos esparsos, sem inter-relações comerciais, com população essencialmente rural, cuja base da economia era o charque, a criação de muare e a lavoura de arroz.

O charque era o produto que engrenava a economia da Metade Sul. Por meio desse produto, a região manteve relações comerciais com as demais regiões do país. O charque era produzido nas charqueadas, destacando-se como principais produtores Pelotas e Rio Grande.

Conforme Quevedo dos Santos e Tamanquevis dos Santos (1990, p.35), “[...] na charqueada o trabalho alcança o nível de produção mais intensa. Em Pelotas, formar-se-ia uma opulenta classe de senhores-de-escravos”.

A Metade Sul do RS, até a metade do século XIX, era a região de dinamismo do estado, visto que se articulava com o centro do país através do fornecimento do charque, enquanto nessa época, a Metade Norte era a região mais atrasada.

Contudo, a partir do final do século XIX, com a crise da pecuária, as charqueadas começaram a entrar em declínio, contribuindo para a Metade Sul ir diminuindo gradativamente sua pujança econômica. A quase inexistência de outras atividades que não as ligadas à agropecuária e a existência de latifúndios improdutivos contribuíam significativamente para a Metade Sul ir perdendo seu dinamismo na economia gaúcha e começar a apresentar baixo crescimento econômico.

[...] traço histórico econômico fundamental é a estrutura fundiária caracterizada pela concentração da posse da terra, formada a partir das sesmarias doadas nos últimos tempos do período colonial [...]. Pode-se afirmar que dessa estrutura fundiária decorrem, em última análise, outros aspectos que caracterizam a sociedade local até o presente, como a concentração da renda, os centros urbanos esparsos, a

⁶Para maiores informações sobre a estrutura fundiária da Metade Sul, ver Ilha e Sehn (2000).

reduzida densidade da população rural e o predomínio da pecuária. (ALONSO, BENETTI E BANDEIRA, 1994, p.224).

A partir de 1939, a Metade Sul começou a ter uma participação inferior à da Metade Norte no produto interno do Estado, como pode ser observado pela Tabela 1.

TABELA 1 - Participação percentual de cada Metade no Produto Interno do Estado (1939-1999)

Regiões/Ano	1939	1949	1959	1970	1980	1990	1999	2003
Metade Norte	61,7	69,9	70,5	76,03	78,6	82,3	79,42	78,6
Metade Sul	38,3	30,1	29,5	23,97	21,4	17,7	17,28	21,4
TOTAL\	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Fundação de Economia e Estatística (FEE)

Segundo o Ministério da Integração Nacional (2000, p.32), “a deterioração da metade Sul começou com o fim do ciclo das charqueadas em Pelotas e se acentuou, nos anos 30, quando o governo federal passou a concentrar os investimentos no centro do país.

A outra forma de colonização do RS compreende as regiões Norte e Nordeste. Na região Norte, predominou a pequena propriedade, a produção diversificada e as lavouras mecanizadas. No entendimento de Ilha e Silva (2000, p.123) ,“... a colonização baseada na pequena propriedade foi uma experiência com muito êxito, vindo a ser reproduzida iniciativa semelhante noutros pontos da província”.

A região Nordeste, constituída pelo eixo Porto Alegre-Caxias do Sul, teve sua base econômica balizada na agricultura voltada para a subsistência, no comércio artesanal ativo e, posteriormente, no deslocamento das atividades primárias para o setor industrial. As regiões Norte e Nordeste compreendem a Metade Norte do Estado do Rio Grande do Sul.

O Norte do estado povoou-se pela imigração dos descendentes da imigração italiana e alemã que em busca de novas terras, foi colonizado o Norte do Estado desde o Planalto até as margens do Rio Uruguai, processo que se manteve até as últimas décadas do século XX. A sociedade do Norte será bem distinta da do Sul, pois caracterizada pela pequena propriedade uma distribuição de renda bem menos concentrada e núcleos urbanos bastante próximos viria a constituir uma rede urbana expressiva.(ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, 2000, p.15).

Em consonância com o relatório da Assembléia Legislativa, para Alonso (1986, p.83), “tem-se a partir de então, a coexistência de duas sociedades: a dos estancieiros e a dos pequenos agricultores”.

A produção econômica diversificada da Metade Norte, com ênfase no setor industrial, muito se deve à vinda dos imigrantes alemães e italianos. Os imigrantes alemães que vieram para o Brasil foram atraídos pelas condições que o Governo brasileiro ofereceu. Além disso, também havia um clima de instabilidade econômica na Alemanha, devido ao processo industrial em curso que arrasou com os artesanatos e também devido a guerras entre cidades alemãs, oriundas da unificação alemã, fatores que favoreceram a imigração.

Para atraí-los mais facilmente, Schaeffer oferecera-lhes condições extremamente favoráveis: os colonos viajariam a expensas do Governo Brasileiro, seriam logo naturalizados, gozariam da liberdade de culto, receberiam como livre propriedade 160000 braças quadradas de terra (77 hectares), por família, e cavalos, vacas, bois, etc.; durante um ano, perceberiam uma ajuda, em moeda corrente, de um franco por cabeça, e de cinquenta centimos durante o segundo ano; enfim seriam isentos de todo imposto e de toda prestação de serviço pelo espaço de dez anos. A única condição que se lhes impunha era inalienabilidade de suas terras por dez anos. (ROCHE, 1969, p.95).

Segundo Quevedo dos Santos (2003, p.41), “ no Rio Grande, a primeira tentativa de colonização com imigrantes alemães foi em 1824, quando quase cinco mil pessoas foram instaladas em São Leopoldo, uma colônia do governo, que prosperou.

Os italianos que emigraram para o Brasil vieram devido ao clima de miséria e insegurança que havia na Itália, oriundo da guerra pela unificação italiana.

No entendimento de Quevedo dos Santos e Tamanquevis dos Santos (1990, p. 69), “o excesso populacional, pouca capitalização, a crise dos setores da economia, foram fatores que predispuzeram a emigração. O Estado italiano adotou a ideologia ‘emigrar por causa da miséria’”.

A imigração, além de propiciar que a Metade Norte tivesse uma produção diversificada, também contribuiu significativamente para a região ter uma população superior à da Metade Sul desde 1920, conforme informações da Tabela 2.

TABELA 2 – POPULAÇÃO DE CADA METADE NO ESTADO NO PERÍODO DE 1890-2003

Anos	POPULAÇÃO		
	Metade Norte	Metade Sul	Total
1890	415.681	481.774	897.455
1900	526.944	622.126	1.149.070
1920	1.142.268	851.100	1.993.368
1940	2.115.910	1.204.779	3.320.689
1940	2.755.862	1.408.959	4.164.821
1960	3.713.793	1.735.303	5.448.823
1970	4.730.042	2.025.416	6.755.458
1980	5.628.926	2.144.911	7.773.837
1991	6.749.086	2.389.584	9.138.670
2003 ⁷	7.825.298	2.686.985	10.512.283

Fonte: Fundação de Economia e Estatística (FEE)

A imigração, a urbanização, e o fim do intercâmbio comercial com o centro do país começavam a demonstrar que a região hoje enquadrada como Metade Sul precisava de um direcionamento em termos produtivos, ou uma inserção econômica nos novos moldes capitalistas, fato que se passar-se á verificar porque não aconteceu.

4. O Aprofundamento das Desigualdades Regionais na Metade Sul

Já no final do período da República Velha (1890-1930), pode-se notar as transformações de toda a economia nacional, a partir da redefinição das antigas articulações dos mercados regionais, ou seja, vão surgindo as mudanças que farão com que enfraqueçam as economias regionais em proveito de uma economia de nível nacional com a criação, a expansão e a hegemonia do capital industrial.

A política econômica imprimida pelo governo federal estimulava o surgimento de aglomerados industriais lastreados, de um lado, em indústrias de base e, de outro, pela proximidade de mercados com potencial de consumo.

⁷ Estimativa da Fundação de Economia e Estatística (FEE).

Para Andreoli (1989, p. 105), “[...] determinados ramos comerciais, industriais e mesmo agrícolas perdem posição ou desaparecem diante da maior capacidade de competição de outros situados fora do Rio Grande do Sul. As regiões ou municípios do Estado que sediavam essas atividades vêm-se diante da perspectiva de estagnação e mesmo de retrocesso”.

Apenas as atividades econômicas que tiveram melhores condições de desenvolvimento, principalmente as atividades industriais que se situavam na região metropolitana e no eixo Porto Alegre/Caxias do Sul, lograram sucesso neste processo de concorrência da economia nacional.

A economia de aglomeração⁸ que se instalou nas proximidades da capital dos gaúchos foi, sem dúvida, um dos principais fatores de inibição, e por que não, de atrofiamento do desenvolvimento da Metade Sul, porque, reduzia a capacidade de competir daquela região e, como conseqüência, a participação da Metade Sul no processo de industrialização também se reduziu.

A este respeito, Engevix (1997, p. 8) diz que “Cidades da Metade Sul que dispunham de parques industriais relativamente competitivos, como é o caso de Pelotas e Rio Grande, viram a região Nordeste expandir-se e diversificar-se, enquanto assistiam o definhamento de suas atividades industriais”.

A maior expansão e diversificação industrial da Metade Norte, que contrastava à época com o baixo crescimento manufatureiro na Metade Sul, explicam-se não apenas pela transferência de capitais do comércio de produtos agrícolas coloniais para a indústria (movimento não visto na Metade Sul), mas principalmente pela estrutura dos mercados consumidores das duas regiões, pois a Metade Norte apresenta uma renda menos concentrada e a Metade Sul, em contrapartida, tem índices com alta concentração de renda.

As áreas coloniais mais densamente povoadas e com uma distribuição de renda mais igualitária, apresentavam um mercado mais amplo e adequado para manufaturas simples, (...). O Sul, com sua concentração renda e com uma população mais dispersa, contava com um mercado menos propício para sustentar a continuidade de uma industrialização baseada na produção de bens de consumo corrente, de pouca sofisticação, com empreendimentos voltados essencialmente para mercados locais. (ALMEIDA 1990, p. 75).

⁸ As aglomerações industriais oferecem vantagens para implantação de novas empresas, desencadeando uma dinâmica própria de crescimento. As empresas que chegam se beneficiam do ambiente industrial criado pelas indústrias já instaladas.

A comparação com o desempenho da Metade Norte mostra, de forma clara, o baixo dinamismo da economia da Metade Sul, principalmente a partir das primeiras décadas do século XX, quando começa a evidenciar-se esta contínua perda de dinamismo na região, em contraste com o crescimento acelerado da outra parte.

A Metade Norte continua, até os dias atuais, apresentando maior população e crescimento econômico superior ao da Metade Sul, apesar de já terem sido feitos vários programas para diminuir as desigualdades regionais.⁹

As dificuldades que atingiram a pecuária, setor que tradicionalmente caracterizou a Metade Sul pela sua ampla predominância¹⁰, sempre acompanharam o desenvolvimento econômico dessa região.

Diversos fatores, como a inadequação dos solos para vários tipos de cultivo, o grande distanciamento dos centros consumidores, a insuficiência dos meios de transporte e a excessiva concentração da propriedade das terras em imensos latifúndios condicionaram em certo sentido a pouca diversificação do setor primário e apenas a lavoura conseguiu uma certa ascensão, principalmente a do arroz.

Sobre o cultivo do arroz, Fraquelli (1979, p. 324) afirma que “visto a partir da perspectiva do proprietário de terras o arrendamento para o cultivo do arroz rapidamente passou a caracterizar-se como uma alternativa segura, isenta de riscos, para o aumento da receita”.

A carência de produtos e a falta de alternativas para os produtores, como foi salientado, vem de longo tempo e teve papel determinante na caracterização da Metade Sul, tanto em termos econômicos, sociais, bem como políticos.

A soma destes fatores foi determinante para influenciar na renda interna da agropecuária, conforme mostra a Tabela 3.

⁹ Merecem destaque: a) os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES), criados no Governo Alceu de Deus Collares (1991-1995), que visavam descentralizar as políticas regionais, dando à população papel importante para as prioridades governamentais a serem tomadas na região; b) o Programa de Fomento e Reconversão Produtiva da Metade Sul (Reconversul),⁹ implantando no governo Antônio Britto Filho (1995-1999), com apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDS), o qual tinha como principais objetivos alavancar os setores produtivos da região, fornecendo crédito e subsídios para propiciar o desenvolvimento dos setores produtivos. Apesar de grande mobilização, em especial com o Reconversul, tais programas não tiveram o resultado esperado haja vista o baixo crescimento da região

Tabela 3 – Participação relativa da Metade Sul e da Metade Norte no total da Renda Interna da Agropecuária (RIA) e no Valor Adicionado Fiscal da Agropecuária (VAFA) no período de 1959-1999.

Regiões	RIA				VAFA			
	1959	1970	1975	1980	1985	1990	1995	1999
Metade Norte	66,2	66,8	64,9	60,9	61,5	61,2	57,9	58,0
Metade Sul	33,8	33,2	35,1	39,1	38,5	38,8	42,1	42,0
Total	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Núcleo de Contabilidade Social da FEE e Secretaria da Fazenda –RS, Alonso (1994).

Sobre os dados da Tabela 3, deve-se considerar, no primeiro momento (1959-70), a produção agropecuária, da Metade Sul, foi 33% do total do estado. No período 1970-80, constatou-se um pequeno crescimento econômico. Num terceiro momento (1980-90), a agropecuária da região apresentou desempenho oscilante. (ALONSO, BENETTI E BANDEIRA, 1994).

Vale ressaltar que o arroz, que se tornou o principal produto da Metade Sul, disseminou-se por toda a Região, tornando-se o principal produto da agropecuária sulina.

Conforme Alonso, Benetti e Bandeira (1994, p. 53), “tal como a lavoura, a pecuária regional apresenta um leque relativamente pequeno de produtos, fato que representa no longo prazo, uma limitação à formação de níveis mais elevados de renda, na medida em que fica caracterizada uma estrutura produtiva quase – monocultura”.

No período de 1980-1990, o setor agropecuário da Metade Sul apresentou um desempenho oscilante que agora passou a ser medido pelo Valor Adicionado Fiscal Agropecuário (VAFA). Já no período que vai de 1990 a 1999, o VAFA alterou o seu trajeto, tendo como seus índices, respectivamente, 42,1 e 42 pontos percentuais para a Metade Sul. Pode-se constatar que, na década de noventa, os índices da Metade Sul tiveram uma sensível melhora, provavelmente pelo grande nível de recursos alocados pelo Reconversul para esta região e os diversos incentivos para o setor agroindustrial¹¹.

No seu agregado total (1959-1999), o setor primário foi declinante tanto em termos de produtividade como geração de renda. Pode-se dizer que, no apanhado geral, o período não

¹⁰ Deve-se lembrar que, desde cedo, surgiram algumas pequenas lavouras (chácaras) nas vizinhanças das cidades maiores, voltadas para o atendimento do mercado urbano local. Nas estâncias antigas, parece ter sido bem rara a ocorrência de lavouras de qualquer tipo.

foi bom principalmente no que diz respeito à renda interna da região e ao VBP agrícola, que não se desenvolveu mediante as bases de produção capitalista. Com este diagnóstico que a Metade Sul vem apresentando, fica evidente a sua tendência de perda de dinamismo econômico e de desenvolvimento.

Conforme Klering (2001, p.8), “principalmente em função da boa produção do arroz, importante cultura da região, a chamada “metade sul” do Rio Grande do Sul conseguiu manter sua participação no PIB do Estado.” Se não fosse a boa produção do arroz no último ano estudado, a região manteria a queda em termos de participação no produto agropecuário do Estado. Mas, em termos absolutos de produção, o próprio Klering (2001) constatou o baixo percentual de participação da Metade Sul no produto interno do Rio Grande do Sul.

Este processo declinante em que se encontra a Metade Sul tem como perfil limitador o fato de que os produtos da agropecuária têm uma pequena gama de variedades como, por exemplo, a carne bovina, a lã e arroz em um primeiro plano, e leite, soja, trigo, em um segundo plano. Isto acarreta um limite ao crescimento, o que dificulta a inserção da Metade Sul no que diz respeito às atividades agropecuárias e aos novos rumos que estão surgindo com os mercados cada vez mais globalizados e protegidos. Apenas em determinadas circunstâncias ou por demandas inesperadas do comércio internacional ocorrem alguma alteração nos preços dos produtos da Metade Sul.

Sobre estas dificuldades, Alonso, Benetti e Bandeira (1994, p. 55) dizem que “(...) não houve aqui as transformações modernizantes ocorridas em outras áreas similares no Estado e no país”. Essas transformações a que se referem Alonso Benetti e Bandeira (1994), são hoje os traços fundamentais das desigualdades regionais no Rio Grande do Sul, refletindo em aspectos socioeconômicos o desleixo com que a Metade Sul foi tratada no que diz respeito ao investimento em bases produtivas.

No que tange à diversidade de produção, fica notória a evolução gradativa do Norte, com ramos industriais mais diversificados, enquanto os ramos industriais do Sul não conseguem adaptar-se ao mercado e suas novas dinâmicas.

No entendimento de Singer (1977), “esta diversificação maior reflete a diferença entre o mercado da indústria de Porto Alegre (procura penetrar no mercado da zona colonial) e de Rio Grande (procura alcançar o mercado nacional)”.

¹¹ Incentivos como FUNDOPEM, constituição de pólos regionais de desenvolvimento. Atenção especial para pequenos e médios produtores e inclusão do Fundo de Desenvolvimento Regional no Plano Plurianual do Estado. (Gabinete da Metade Sul).

Em relação ao mercado local, nota-se que a Metade Sul sempre enfrentou muitos obstáculos, tais como um mercado consumidor reduzido, concentração de renda e pouco poder aquisitivo da população. O declínio da Metade Sul em termos de industrialização, produção agropecuária, bem como no somatório dos produtos dos setores produtivos, encontra melhor explicação na falta de respostas da região frente às barreiras que foram impostas ao seu processo de desenvolvimento neste último século, além do pouco empreendedorismo da região.

Por fim, assinala-se que os próprios capitais industriais já estabelecidos na Região Sul com raras exceções, não foram capazes ou não tiveram potencialidade suficiente para promover a consolidação, mediante expansão, dos ramos agro-industriais já existentes (caso da carne e da lã), nos quais parecem ter perdido a competitividade. Muito menos foram capazes de promover a diversificação do parque industrial, aproveitando a relativa expansão do mercado interno na fase ascendente do ciclo, nem o crescimento do comércio internacional nos anos 60 e 70. (ALONSO, BENETTI E BANDEIRA, 1994, 1994, p. 58).

O fato de a Metade Sul ser calcada, em seu processo histórico de industrialização, em ramos industriais considerados tradicionais, proporcionava uma menor capacidade de crescimento à região, e talvez este seja um fator determinante deste declínio.

6- Conclusão

Neste trabalho, identificou-se, que a partir da crise do ciclo do charque, a região Metade Sul do Rio Grande do Sul entra em um processo de degeneração econômica que toma proporções cada vez maiores, diminuindo respectivamente sua população e sua renda. Verificou-se que, após o ciclo do charque, a Metade sul não teve capacidade para lançar-se em outro ciclo, nem mesmo efetivar-se no processo de industrialização

No que tange aos setores produtivos, nota-se uma baixa produtividade industrial na Metade Sul e, principalmente, a falta de incentivos. Por outro lado, a Metade Norte evolui a passos largos, o que aumenta ainda mais o contraste destas regiões no Estado. No setor primário, identifica-se a pouca variedade de produtos, o espírito pouco empreendedor, a falta de inovação tecnológica e, o que é pior, um sentimento de acomodação que resulta na estagnação deste setor produtivo.

Portanto, as causas do declínio contínuo e prolongado da Metade Sul se interligam à pouca dinâmica da região, e, em contrapartida, há uma crescente ampliação da concentração

em torno de Porto Alegre e Caxias do Sul devido às economias de aglomeração e à grande infra-estrutura da Metade Norte em termos de organização de parques produtivos.

Por fim, faz-se pertinente realizar ações e intervenções de todos os níveis governamentais, de instituições de pesquisa, empresariado e universidades na perspectiva de propiciar uma possibilidade de reconversão da Metade Sul, com ações combinadas, com sistemas locais de produção e crédito rural mais específico visando ao desenvolvimento sustentável da região.

6- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Pedro Fernando Cunha de. **A economia gaúcha e os anos 80: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira**. Porto Alegre: FEE, 1990.

ALONSO, José A F. **Evolução das desigualdades inter regionais de renda interna no Rio Grande do Sul 1939-70**. Porto Alegre: FEE, 1986.

ALONSO, José A F.; BENETTI, M.D.; BANDEIRA, P.S. **Crescimento econômico da Região Sul do Rio Grande do Sul: Causas e Perspectivas**. Porto Alegre: FEE, 1994.

ANDREOLI, Dejalme. As desigualdades regionais do Rio Grande do Sul. **Indicadores FEE**, Porto Alegre, FEE, v.17, n.2, p.90-110,1989.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Desigualdades Regionais. Relatório Final**. Porto Alegre, 2000.

ENGEVIX. **Plano de reestruturação econômica para a Metade Sul do Rio Grande do Sul – Relatório final**. Engenix Engenharia s/c Ltda.1997

FRAQUELLI, Jane Aita. A lavoura capitalista do arroz e a crise de 1926. In: DACANAL, J. H., GONZAGA, S. **RS: economia & política**. Porto Alegre: Mercado aberto, 1979.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA FEE). Disponível em: <<http://www.fee.tche.br>>. Acesso em: 20 de jan., 2006.

ILHA, Adayr da Silva e SEHN, Pedro Selomar. Aspectos históricos da ocupação e evolução da estrutura fundiária no Rio Grande do Sul no período de 1940 a 1996. **Economia e Desenvolvimento DCE/UFSM**. Santa Maria, nº 12, p. 101-18, Novembro, 2000.

ILHA, Adayr da Silva, e SILVA, Nívia Marli. A estrutura fundiária no Rio Grande do Sul: Uma interpretação do período de 1975 a 1995-1996. **Economia e Desenvolvimento, DCE/UFSM**. Santa Maria, n. 12, p. 119-131, Novembro, 2000.

KLERING, Luis Roque. Análise do desempenho econômico dos municípios do RS em 1999. **Revista Análise**. Porto Alegre: PUC, v.23, 1999.

MARION FILHO, Pascoal José. A economia Gaúcha (subsidiária) frente as crises da mineração e do café. **Economia e Desenvolvimento, DCE/UFSM**. Santa Maria, n.09, p.30-45, Dezembro, 1998.

MAYER, Frederico. Brava Gente. **A Razão**. Santa Maria, p.12, 08 de outubro 2003.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Programa de promoção do desenvolvimento sustentável de microrregiões diferenciadas**. Secretária de Programas Integrados. Brasília, 2000.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. 4.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

QUEVEDO DOS SANTOS, Júlio Ricardo e TAMANQUEVIS dos Santos, José C. **Rio Grande do Sul: Aspectos da História**. 2.ed. Porto Alegre: Martin Livreiro, 1990

QUEVEDO DOS SANTOS, Júlio Ricardo. **História compacta do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2003.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969.

SEHN, Pedro Selomar. O atraso da Metade Sul do Rio Grande do Sul em relação à Metade Norte: Uma análise dos aspectos históricos e da estrutura fundiária. **Economia e Desenvolvimento, DCE/UFSM**. Santa Maria, n.10, p.1-10, Dezembro, 1999.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São Paulo: Nacional, 1977.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.